

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA QUINTA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL**

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, situada na Rua da Bahia, 1.600 Lourdes Belo Horizonte, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença, realizou-se a presente reunião. O vice presidente do Consec Aníbal Macedo abre a reunião e passa a palavra para a secretária executiva, Denise Liberato, que dá início aos trabalhos com a leitura da ordem do dia, das justificativas dos ausentes e da ata da 8ª Reunião Ordinária para aprovação. A Secretária de Estado de Cultura e Presidente do Consec, Eliane Parreiras cumprimenta os presentes e pergunta se algum conselheiro gostaria de fazer alguma ponderação sobre a ata. Aníbal Macedo questiona se as cartas citadas na ata e que seriam encaminhadas para Deputados Estaduais e Federais foram encaminhadas e Eliane Parreiras informa que da parte da Secretaria de Estado de Cultura – SEC, não foi encaminhada a carta porque o conselheiro Paulo de Moraes havia se comprometido a redigir um primeiro esboço da carta e enviar à SEC para encaminhamento e isto não foi feito. Em seguida, informa que sobre os Pontos de Cultura, conseguiu-se levantar a contrapartida de R\$ 500 mil que era o novo valor proposto pelo MinC ao convênio no edital aberto e em função dos recursos serem limitados, não conseguiram manter a proposta inicial que era de R\$ 18 milhões. A nova proposta então seria de R\$ 2,5 milhões com R\$ 500 mil de contrapartida para a SEC em um parâmetro que era entendido ser o aceitável. Havia a proposta de R\$ 6 milhões para contrapartida em 2014 e 2015 e o Estado conseguiu. Tanto a Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, quanto o Governador aprovaram desta forma e com isto, a SEC entrou em contato com o MinC para ter conhecimento dos procedimentos a serem adotados e desta forma, surgiram as seguintes questões: a primeira foi relacionada à portaria que a Presidente Dilma publicou estabelecendo que não pode ser repassado recurso durante o período eleitoral, mas que a execução e o estabelecimento de convênios podem ser feitos. Desta forma, o MinC abriu novo prazo para fazer repasse de recursos e novos convênios.

37 Diante desta nova situação, a SEC agendou uma reunião em BSB com a Secretária Márcia
38 Rollembrg da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, o que foi feito após um intenso
39 trabalho com a Comissão Estadual dos Pontos de Cultura, para estabelecer um novo formato que
40 se adequasse aos R\$ 2,5 milhões. Neste momento, a SEC está então finalizando esta questão junto
41 à Comissão Estadual dos Pontos de Cultura para em seguida, encaminhá-la ao MinC e há uma
42 garantia da Secretária Márcia Rollemberg de que o convênio será estabelecido. Sobre a questão do
43 repasse dos R\$ 18 milhões, ela sinalizou a possibilidade de ser feito em 2015, mas não há a
44 garantia que o MinC terá condições de assumir compromissos para seu orçamento em 2015. Por
45 parte da SEC, não foi recebida e por isto não foi encaminhada nenhuma proposição de texto ou de
46 encaminhamento por parte do conselheiro Paulo Morais que tinha se comprometido em elaborar a
47 minuta para que a SEC enviasse ao Aníbal Macedo e aos demais conselheiros para fazerem suas
48 colaborações e assim ser encaminhada ao MinC. Aníbal Macedo informa que Paulo de Morais,
49 encaminhou para a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, em
50 nome dos Pontos de Cultura, uma solicitação de audiência pública. Informou ainda, que em
51 função da Copa, das eleições, não teve sessão da Comissão de Cultura e que já havia sido acertada
52 a data para tal sessão, que seria dia 25/06/2014, mas que não houve quórum em nenhuma reunião
53 para aprovar esta audiência pública. Desta forma, questiona ao Conselho se permanece a
54 solicitação de audiência pública e frisa que mesmo que mude o Consec, todos estão engajados no
55 processo e que será muito importante sua participação na mobilização para aprovar a inclusão de
56 edital relacionado aos Pontos de Cultura para utilizar os R\$ 5,5 milhões aprovados na Lei de
57 Diretrizes Orçamentárias. A Secretária Eliane Parreiras complementa a informação dada
58 anteriormente dizendo que existe um saldo dos R\$ 18 milhões do convênio dos Pontos de Cultura
59 que foi estabelecido anteriormente com o Governo do Estado e que a SEC está avaliando e
60 esperando um retorno do MinC sobre a utilização deste saldo. Dependendo do andamento deste
61 processo, o MinC irá liberar alguns recursos que estavam previstos no novo convênio de R\$ 2,5
62 milhões para atividades de administração, organização, encontros e etc. Desta forma, uma
63 porcentagem dos recursos poderá ser liberada para a criação de mais um prêmio, fazendo desta
64 forma, com que o recurso chegue à ponta. Eliane Parreiras diz que é importante que se entenda que
65 o recurso de R\$ 6 milhões de contrapartida para 2015 e 2016 já está garantido e que este não tem
66 relação com os R\$ 500 mil de contrapartida. Este compromisso já está selado e não existe nenhum
67 questionamento a seu respeito. Frisa ainda que qualquer demanda relacionada ao orçamento
68 endereçada à ALMG não tem vinculação direta com este valor. Em seguida, a Secretária dá a
69 notícia de que a SEC está conseguindo um convênio com o MinC em parceria com a Universidade
70 Estadual de Minas Gerais – UEMG, por meio da Faculdade de Políticas Públicas, para criação de

71 um curso para conselheiros. O curso será voltado para conselheiros tanto estaduais quanto
72 municipais, que poderão fazê-lo também à distância. Já foi garantida a contrapartida, enviada para
73 o MinC e a SEC está agora no aguardo do retorno. A seguir, Eliane Parreiras informa que foi
74 lançado o edital do Programa Filme Minas e que gostaria de esclarecer sobre uma confusão que
75 vem acontecendo nas redes sociais sobre o recurso. Ela explica que o recurso para o programa é
76 garantido em orçamento e já está suplementado. Havia o compromisso assumido pelo então
77 Governador, Antonio Anastasia, de R\$ 4 milhões e através de uma parceria com o Fundo Setorial
78 Audiovisual, o valor foi ampliado para R\$ 7.750 milhões. Sobre a questão do Projeto de Lei nº
79 4.568/2013 que estabelece cidades como capitais culturais do Estado de Minas Gerais, Léo Bahia,
80 chefe de gabinete da SEC, informa que foi à votação, que já existiam várias emendas propostas a
81 seu respeito e que em função disto, teve que voltar à Comissão de Cultura para nova avaliação e
82 não há uma posição de quando entrará em pauta para votação. Aníbal informa que como a única
83 forma de o projeto de lei não ser aprovado era recebendo emendas, foram tomadas então
84 providências para que fossem enviadas as seguintes emendas: Monte Sião, Capelinha, São
85 Carmelo, São João Del Rey, Montes Claros, Janaúba, Jacutinga, Diamantina, Bocaiuva, Salinas,
86 Minas Novas, Virgem da Lapa e todos os municípios do Vale do Jequitinhonha. Aníbal Macedo
87 sugere então, que seja criado um grupo que pense em possibilidades de proposições a este respeito
88 e que já sejam encaminhadas para a ALMG. A Secretária Eliane Parreiras abre votação para a
89 criação de um grupo para trabalhar na criação das proposições e a proposta é aceita por
90 unanimidade. Aníbal Macedo, Jota D'Ângelo e Mila Batista se dispõem a formar o grupo, levantar
91 as questões e dar prosseguimento à criação de proposições e encaminhamento das mesmas à
92 ALMG. Leonardo Bahia faz apresentação sobre andamento da eleição do Consec. Foi apresentada
93 a lista de habilitados e inabilitados, o cronograma e uma breve explicação das próximas etapas.
94 Além disto, foi informado que os seguintes segmentos não tiveram inscrições: Design e Moda,
95 Entidades de Trabalhadores e Empresariais e Patrimônio Histórico e Artístico. Desta forma, abre-
96 se uma discussão sobre os segmentos que não tiveram indicações e Aníbal Macedo sugere que
97 quando a Secretária Eliane Parreiras fizer as indicações, que seja dada preferência às entidades que
98 se inscreveram, mas não foram habilitadas e tente equilibrar indicações de entidades do interior e
99 da capital. Eliane Parreiras lê o Decreto 46.406 § 4º Art. 8º que diz que “na ausência de indicação
100 de entidades representativas, caberá ao Secretário de Estado de Cultura consultar... entidades que
101 desenvolvam... nos setores não representados para escolha dos conselheiros” e lembra que no
102 regulamento eleitoral, acrescentou-se que o Secretário de Estado de Cultura fará a indicação e o
103 Consec será, em seguida, consultado. A Secretária Eliane Parreiras sugere que as indicações sejam
104 feitas após a eleição para que não interfiram no processo da eleição. Diz que o importante é que

105 seja definido um processo e que gostaria que fosse feito de maneira democrática, com participação
106 do Conselho para que seja então encaminhado ao Governador para nomeação. Rubem dos Reis
107 sugere que o Conselho faça uma lista tríplice e passe para a Secretária Eliane Parreiras para que ela
108 faça então a escolha. Eliane Parreiras diz que gostaria que a SEC também participasse junto ao
109 Consec deste processo de indicações, que devem ser pensados de forma rápida a metodologia e os
110 critérios, para que sejam o mais breve possível validados e votados. Aníbal Macedo questiona se
111 cabe ao conselho atual definir algo neste momento, já que a indicação será feita após a eleição e
112 neste período o mandato desta formação do Conselho já terá findado. Mila Batista faz a
113 consideração de que não há condições de esta gestão indicar os nomes, se usar o critério de fazer a
114 indicação após a eleição e que ela pode estabelecer os critérios, mas a indicação sairia da próxima
115 gestão. Foi sugerido então que fosse criada uma comissão. Aníbal Macedo faz a sugestão que após
116 a eleição, os conselheiros que foram reconduzidos façam uma escuta com os conselheiros da
117 gestão atual, antes da posse dos próximos conselheiros, faça uma lista de indicações e encaminhe
118 para a Secretária Eliane Parreiras para que seja feita então a escolha. Rubem dos Reis concorda
119 com Aníbal Macedo e acrescenta que este grupo deve contar também com a contribuição da
120 Comissão Eleitoral, já que esta foi criada para fins de auxiliar no processo da eleição. Abre-se a
121 votação para verificar se os demais conselheiros concordam com o formato sugerido e por
122 unanimidade decidiu-se por ser acatada a sugestão. A Secretária Eliane Parreiras informa que foi
123 encaminhada ao Consec uma carta com assinaturas de indivíduos e entidades da sociedade civil da
124 área cultural, publicada na imprensa com questionamentos sobre a LEIC e que será informado ao
125 Consec os procedimentos que a SEC está adotando a este respeito. O Superintendente de Fomento
126 e Incentivo à Cultura, Felipe Amado, faz apresentação do Balanço da LEIC 2014, explica que os
127 dados ali apresentados são os mesmos que foram apresentados na coletiva de imprensa que
128 aconteceu sobre o assunto e a todas as pessoas que têm demandado informações a este respeito.
129 Eliane Parreiras faz algumas observações sobre a apresentação feita pelo Felipe Amado e sobre a
130 resposta à carta, que está sendo elaborada e em breve será enviada à imprensa. Amílcar Martins
131 elogia a apresentação de Felipe Amado, diz que trabalhar com 0,3% do ICMS do Estado é
132 duríssimo e que a Secretaria de Estado de Fazenda não está sensível à cultura, que o que interessa
133 realmente são os rendimentos, que é sabido que 0,3% é insuficiente para financiar as atividades
134 culturais no Estado, tanto que está tendo o problema de estourar o teto muito antes do fim do ano e
135 que a primeira batalha para mudar esta realidade é tentar ampliar junto à Secretaria de Estado de
136 Fazenda, a liberação dos recursos para a renúncia fiscal. Para finalizar, diz que nos gráficos
137 apresentados pelo Felipe Amado, há uma proporcionalidade dos projetos aprovados e da captação
138 e que isto é uma meia verdade porque na área de Patrimônio há uma redução brutal entre os

139 projetos aprovados e os recursos captados. Aníbal Macedo diz que concorda em vários aspectos
140 com aqueles que assinaram a carta, mas sente falta de grande parte deles quando os grupos se
141 reúnem para discutir os rumos da política pública cultural do Estado. Além disto, faz a proposição
142 de um encaminhamento à SFIC solicitando que se limite o valor aprovado em projetos no próximo
143 edital. Rubem dos Reis defende que os projetos aprovados sejam divididos por característica e
144 defende que haja definição de critérios para aprovação dos projetos. Sula Mavrudis questiona
145 como ficam os projetos que têm o prazo até o final do ano se está encerrada a captação. Além
146 disto, pede que seja registrado que o segmento do Circo teve uma melhora nas suas atividades
147 devido à ajuda desta gestão da SEC. Elizabeth Castro diz que deveria ser feita uma reflexão por
148 parte dos proponentes de projetos, pois até a criação da LEIC, estes conseguiam realizar seus
149 projetos sem o incentivo da Lei e que já não conseguem mais. Jota D'Ângelo diz que deve ser
150 lembrado que se já chegou-se aos 79 milhões, é porque a economia no setor vai bem, mas que
151 aumentar a contrapartida de 0,3% é realmente difícil. Túlio Mourão questiona a premissa de que a
152 Substituição Tributária impacta principalmente na capital e não no interior. Diz que o ideal seria
153 que pequenas empresas patrocinassem pequenos projetos e que isto é descentralizador e
154 capilarizante. Sugere que este mecanismo seja pensado e estudado para que possa ser usado.
155 Magadlena Rodrigues, como a Elizabeth Castro, também questiona o fato de que os proponentes
156 conseguiam realizar seus projetos antes da LEIC e hoje não usam mais de outras ferramentas para
157 a realização de seus projetos. Eliane Parreiras diz que entende a LEIC e outros mecanismos de
158 financiamento como instrumentos dinâmicos que são influenciados pelo cenário, sistema e
159 momento onde estão inseridos. Diz que as duas maiores discussões apresentadas sugerem alteração
160 no sistema de captação e seleção dos projetos, mas frisa que para serem alteradas as regras, é
161 preciso haver alteração na legislação e são discussões que não surgiram anteriormente e isto deve
162 ao fato de que o cenário atual é um novo cenário. As duas questões são as seguintes: Aprovação
163 dos projetos, que Eliane Parreiras enfatiza que a SEC segue rigorosamente o que a lei prevê e a lei
164 é clara com relação a isto. Se o empreendedor cultural preencher os critérios estipulados, ele tem o
165 direito a buscar o financiamento. A Secretária Eliane Parreiras enfatiza que tem parecer dos dois
166 Advogados Gerais do Estado (teve mudança do Advogado durante a atual gestão) sobre o que a lei
167 estabelece sobre o que pode ser aprovado. Em sua opinião, a discussão sobre critérios está sendo
168 levantada muito tardiamente, pois foram discutidas em 2012 e 2013 várias questões sobre a LEIC e
169 a questão de critérios para avaliação nunca foi levantada. A segunda questão levantada é sobre o
170 direito à captação até 30 de dezembro. Este direito está na lei desde sua criação e foi mantido em
171 2008 e não foi questionado em nenhum outro momento. A possibilidade de captação no ano
172 seguinte não foi uma criação da SEC. Está previsto na lei que ao ser alcançada a renúncia fiscal, o

173 projeto deve aguardar o exercício fiscal seguinte para ser aprovado e homologado. Eliane Parreiras
174 diz que em sua opinião é um ponto que deve ser modificado e isto vem sendo discutido com a
175 Secretaria de Estado de Fazenda. Com relação à sugestão de Aníbal Macedo de que se estabeleça
176 teto para incentivo aos projetos, é explicado que não existe forma legal de colocar limite em
177 nenhum valor do edital. Ou seja, para que as duas questões discutidas fossem atendidas, teriam que
178 ser alteradas na lei e sem alteração da legislação, qualquer discussão ou proposição não vai, no
179 momento, caminhar e os estudos a estas e outras proposições já vêm sendo feitas pela equipe
180 técnica da SEC. A LEIC começou com 0,15%, foi ampliado para 0,30% e nunca foi ampliado
181 porque nunca se captou e nunca se demonstrou que se teria este potencial de captação como se tem
182 agora. Diante da atual realidade, foi iniciada uma conversa com a Secretaria de Estado de Fazenda
183 no sentido de rever o limite. Isto demonstra que o momento é bom porque pela primeira vez a
184 cultura demonstra o que ela gera de receita. A Secretária Eliane Parreiras informa que será criada
185 uma auditoria mais detalhada nos maiores investidores de 2013 e que vem sendo realizado um
186 grande estudo interno, com o apoio direto da Secretaria de Estado de Fazenda, sobre os
187 procedimentos e o que pode ser feito com este monitoramento. Diz que a SEC esperava sugestões
188 da Câmara de Fomento e Mecanismos de Incentivo após reunião realizada, inclusive com a
189 participação do Superintendente Felipe Amado, para serem incorporadas ao estudo que vem sendo
190 realizado e estas sugestões não foram encaminhadas. A Secretária Eliane Parreiras se compromete
191 a passar ao Consec os dois pareceres dos Advogados Gerais do Estado. Aluízer Malab pergunta se
192 seria possível criar um decreto para que o impacto em 2015 não seja tão grande, já que corre-se o
193 risco de um colapso no setor com um teto tão pequeno para 2015. A Secretária Eliane Parreiras
194 explica que não é possível aumentar o valor e questiona sobre as proposições que seriam enviadas
195 pela Câmara de Fomento e Mecanismos de Incentivo para serem estudadas. Informa que as
196 consultas jurídicas, tributárias, dentre outras, estão sendo feitas junto à Secretaria de Estado de
197 Fazenda, mas que uma boa solução pode ser que parta da sociedade civil. A primeira solução
198 encontrada foi a Resolução Conjunta, publicada no dia 05 de julho de 2014 que pode ajudar em
199 alguns casos, como naqueles em que as empresas aceitem investir este ano nos projetos para
200 deduzir no ano de 2015. Felipe Amado enfatiza que a Câmara de Fomento e Mecanismos de
201 Incentivo deve enviar o mais breve possível suas proposições, pois tem muito a contribuir com os
202 estudos que vêm sendo feitos e que é necessário que os critérios sugeridos sejam objetivos para
203 que se consiga evoluir no processo de mudança da lei. Informa que será lançado nos próximos dias
204 um edital específico para dívida ativa com valor ilimitado e que esta é uma alternativa interessante
205 para os projetos que ainda não captaram.

206 Aníbal Macedo sugere que as seguintes pautas sejam abortadas e os demais conselheiros
207 concordam com a sugestão: Projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa de Minas
208 Gerais – ALMG com temas relacionados à cultura, Participação do CONSEC no Fórum Nacional
209 dos Conselhos Estaduais de Cultura do Brasil (CONECTA) e a Proposição de encontro do
210 CONSEC com candidatos ao Governo de Minas Gerais.

211 Após pausa para almoço, os conselheiros Rubem dos Reis, Tulio Mourão, Magdalena Rodrigues,
212 Jota D'Ângelo, Aníbal Macedo, Clodoália Nobre, Sula Mavrudis, Marco Aurélio Ribeiro e Mara
213 Rabelo retornam à reunião discutindo possibilidade de programas da Secretaria de Estado de
214 Cultura se transformarem em leis. Eliane Parreiras explica que existe a lei das diretrizes
215 orçamentárias, a votação do orçamento e que a SEC está encaminhando as demandas relacionadas
216 à Cultura para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e que ela fará uma
217 compilação destas demandas para em seguida encaminhar à ALMG onde também será debatido
218 esse for o caso, transformar os programas em lei. Túlio Mourão lembra que em reunião anterior,
219 foi discutida a questão de que organismos ligados à Cultura como Rádio Inconfidência, TV Minas,
220 Fundação Clóvis Salgado e etc deveriam guardar um vínculo com a produção cultural
221 contemporânea mineira e questiona que forma será dada a isto para que seja efetivado. Rubem dos
222 Reis lembra que a angústia do setor é a garantia de continuidade dos programas, mais que a
223 garantia de recursos para sua continuidade. Eliane Parreiras responde que estas entidades
224 vinculadas à SEC já têm uma diretriz que parte da SEC com planejamento, gestão, gestão de
225 sistema estadual e etc, e que a melhor forma de registrar e efetivar esta questão no momento é
226 colocá-la no Plano Estadual de Cultura e estabelecer metas gradativas para seu cumprimento.
227 Explica que garantia efetiva não é possível, porque um próximo governo pode modificá-lo, mas
228 que se torna mais difícil quando transformado em lei. A lei pode sim ser alterada, mas para isto,
229 deve inclusive passar por discussão pública. Aníbal sugere que deve ser criado um debate junto à
230 ALMG em audiência pública sobre qual a necessidade real de recurso para os projetos da cultura
231 junto com a discussão sobre o Plano Estadual de Cultura. É votada a questão sobre a realização de
232 tal audiência e por unanimidade, é aprovada. Após discussões sobre Cota Televisão, a Diretora de
233 Fomento à Produção Audiovisual, Flávia Camisasca apresentou o Programa Filme Minas e suas
234 modificações para 2014. Explicou que após reunião com o Governador Anastasia, este se
235 comprometeu a fazer uma edição extra do edital. O programa não pode ser anual, mas já existe um
236 planejamento para que seja feito desta forma. Informou que o processo para a publicação do edital
237 está em andamento e explicou como é formada a Comissão Técnica para a seleção dos projetos.
238 Em seguida, a Superintendente de Interiorização e Ação Cultural, Janaína Cunha, fez uma

239 apresentação sobre andamento dos trabalhos da elaboração do Plano Estadual de Cultura. Nada
240 mais havendo a tratar, Eliane Parreiras declara encerrada a 5ª Reunião Extraordinária do Consec.